



## A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: CONSIDERAÇÕES À LUZ DAS ANÁLISES DE ISTVÁN MÉSZÁROS

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2025.211.07>

Robson Machado

Doutor em Educação pela Unicamp

[robsonmachado.historia@gmail.com](mailto:robsonmachado.historia@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-5866-2734>

### RESUMO:

Situado no âmbito da teoria marxista, o presente texto tem como objetivo principal analisar as condições socioeconômicas que permitem afirmar a existência de uma crise estrutural do capital e, por consequência, uma crise estrutural da sociabilidade capitalista. Para tanto, o estudo toma como referência fundamental a produção intelectual do filósofo húngaro, István Mészáros. No primeiro momento do artigo, examina-se a relação existente entre o sistema do capital e as crises econômicas. Ademais, identifica-se os diversos tipos de crise econômica a fim de diferenciá-las da crise estrutural que se manifesta a partir da década de 1970. No segundo momento, destaca-se a necessidade da alternativa socialista e da superação do sistema do capital, atentando-se para o fato de que capital e capitalismo são fenômenos distintos. No terceiro momento, discute-se os antagonismos estruturais do capital e, com efeito, evidencia-se a oposição entre a produção genuína e a produção destrutiva. À vista disso, chama-se a atenção para os limites absolutos do capital. No quarto momento, analisa-se o agravamento do desemprego crônico como um dos fenômenos que constitui a ativação dos limites absolutos do capital. Conclui-se em defesa da organização popular e do amadurecimento das condições revolucionárias da alternativa socialista, destacando-se o recrudescimento ideológico das forças do capital que visam recompor a sua hegemonia.

### PALAVRAS-CHAVE:

Capitalismo. Crise estrutural. Produção destrutiva. Desemprego crônico. Ideologia.

## THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL: CONSIDERATIONS IN THE LIGHT OF ISTVÁN MÉSZÁROS' ANALYZES

### ABSTRACT:

Situated within the scope of Marxist theory, the main objective of this text is to analyze the socioeconomic conditions that allow us to affirm the existence of a structural crisis of capital and, consequently, a structural crisis of capitalist sociability. To this end, the study takes as its fundamental reference the intellectual production of the Hungarian philosopher, István Mészáros. In the first part of the article, the relationship between the capital system and economic crises is examined. Furthermore, the different types of economic crisis are identified in order to differentiate them from the structural crisis that manifested itself from the 1970s onwards. In the second moment, the need for a socialist alternative and overcoming the capital system stands out, paying attention to the fact that capital and capitalism are distinct phenomena. In the third moment, the structural antagonisms of capital are discussed and, in effect, the opposition between genuine production and destructive production is highlighted. In view of this, attention is drawn to the absolute limits of capital. In the fourth moment, the worsening of chronic unemployment is analyzed as one of the phenomena that constitutes the activation of the absolute limits of capital. It concludes in defense of popular organization and the maturation of the revolutionary conditions of the socialist alternative, highlighting the ideological resurgence of the forces of capital that aim to restore its hegemony.

### KEYWORDS:

Capitalism. Structural crisis. Destructive production. Chronic unemployment. Ideology.

### 1 Introdução

Situado no âmbito da teoria marxista, o presente texto tem como objetivo principal analisar, do ponto de vista da filosofia, as condições socioeconômicas que nos permitem afirmar a existência de uma crise estrutural do capital em curso desde a década de 1970. Para tanto, tomamos como referência o legado intelectual do filósofo marxista húngaro, István Mészáros, morto em outubro de 2017.

Mészáros, embora não seja o único intelectual proeminente a se debruçar sobre o problema mencionado, foi, ao nosso juízo, aquele que dedicou a ele maior atenção e pôde, mediante reflexões radicais, explicitar as condições, as determinações e as características da crise estrutural do capital. À vista disso, considerados os limites deste artigo, bem como a complexidade e a dimensão da discussão sugerida, optamos por trabalhar, fundamentalmente, a partir das obras *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (MÉSZÁROS, 2011) e *A crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2018), extraindo delas os elementos essenciais à compreensão do problema.

Chama a nossa atenção que os aspectos da crise estrutural e as tendências ao agravamento desse fenômeno, identificadas por Mészáros em suas análises desde o final do século passado, têm se confirmado

e se aprofundado na atualidade. Ou o aumento do complexo industrial-militar, das guerras e dos desastres ambientais não são atributos da própria crise estrutural? Em outras palavras, para além das crises conjunturais que nos atingem – vide o movimento que implicou a retirada de Rousseff do executivo nacional e projetou lideranças fascizantes no Brasil – estamos sob a determinação de uma crise estrutural que afeta o conjunto de relações instituídas no interior da sociedade capitalista e ameaça, em última instância, a existência da própria humanidade. Ora, não seriam as tragédias do antropoceno, termo atualmente em ampla circulação, também de responsabilidade da autorreprodução ampliada do capital?

As análises e considerações expressas neste texto se constituem a partir de uma abordagem teórico-bibliográfica guiada pela concepção materialista, histórica e dialética. Portanto, seguindo as trilhas abertas por de Marx e Engels, consideramos que as ideias e reflexões aqui registradas não são simples lucubrações, pois se afirmam desde a realidade material da vida e procuram contribuir com a formação das condições subjetivas necessárias às transformações da realidade concreta.

A fim de facilitar a compreensão do leitor sobre o fenômeno da crise estrutural do capital e as suas implicações para a humanidade, o texto se estrutura didaticamente da seguinte maneira: no primeiro momento, examinamos a relação existente entre o sistema do capital e as crises econômicas. Além disso, identificamos os diversos tipos de crise econômica a fim de diferenciá-las da crise estrutural. No segundo momento, destacamos a necessidade da alternativa socialista e da superação do sistema do capital, atentando-nos para o fato de que capital e capitalismo são fenômenos distintos. No terceiro momento, discutimos os antagonismos estruturais do capital e, com efeito, evidenciamos a oposição entre a produção genuína e a produção destrutiva. À vista disso, chamamos a atenção para os “limites absolutos do capital”. No quarto momento, analisamos o agravamento do desemprego crônico como um dos fenômenos que constitui a ativação dos limites absolutos do capital. Por fim, concluímos em defesa da organização popular e do amadurecimento das condições revolucionárias da alternativa socialista, destacando o recrudescimento ideológico das forças do capital que visam recompor a sua hegemonia.

## **2 Crise e modo de produção capitalista**

Ao longo da história do capitalismo a humanidade vivenciou muitas crises; afinal, as crises constituem o traço distintivo desse modo de produção, e se revelam, a contragosto da intelectualidade burguesa, a sua face crônica. Elas têm, permanentemente, se apresentado como contradição, como elemento que depõe negativamente diante dos contínuos anúncios de eternização da estabilidade econômica e do

desenvolvimento social. A crise é, por assim dizer, irmã siamesa do capitalismo. Onde há capitalismo, há crise<sup>1</sup>.

Contudo, as crises que acometem esta organização societária não são do mesmo tipo, podendo se apresentar de diferentes formas e se projetar de maneiras diversas sobre o tecido social. Nesse sentido, “é preciso distinguir as crises gerais, que envolvem um colapso generalizado das relações econômicas e políticas de reprodução, das crises parciais ou dos ciclos econômicos, que constituem um traço regular na história do capitalismo” (SHAIKH, 1988a, p. 144 [on-line]).

As crises parciais e conjunturais, próprias dos ciclos de prosperidade e declínio contínuo do capitalismo, são fenômenos que sinalizam o aguçamento das contradições desse sistema reprodutivo e, na maioria das vezes, acabam por contribuir com o desenvolvimento das forças do capital. Essas crises não chegam a ameaçar o conjunto das relações capitalistas, pois seus aspectos são controlados internamente através do deslocamento de suas próprias contradições, as quais, posteriormente, darão origem a outras contradições que, por sua vez, resultarão em novas crises. Daí afirmarmos seu caráter cíclico.

As crises gerais, embora se manifestem com certa periodicidade, não podem ser confundidas com as crises parciais. Primeiro pela sua profundidade, segundo pela sua abrangência. Conforme Held (1988, p. 140 [on-line]), elas traduzem o enfraquecimento do princípio organizador da sociedade, ou seja, a erosão das relações societárias que determinam o alcance e os limites da transformação da atividade econômica e política. Dessa forma, a crise geral é um momento de enfrentamento de contradições profundas no plano de reprodução do capital que têm, como consequência mais evidente, a intensa queda da taxa de lucro (IASI, 2009, p. 29). Vale lembrar que, no atual estágio de desenvolvimento, as economias nacionais se encontram, mais do que nunca, interligadas, e o capital monopolista, com sua autoridade onipresente, esfacelou há muito as fronteiras da lucratividade, o que significa que uma crise mal controlada em um ponto específico do globo pode afetar todo o sistema. Essas crises, no entanto, por pior que possam parecer, expressam a ativação de “limites relativos” do sistema, isto é, aqueles que “podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficácia produtiva (...) da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 175).

Por mais vigorosas que tenham sido as crises periódicas precedentes, vide a Grande Depressão de 1929-1941, elas estiveram longe de se constituírem como uma crise estrutural, pois mesmo que as

---

<sup>1</sup> Para Mészáros (2011, p. 795, grifo do autor) “não há nada especial em associar-se capital a crise”, pois “crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. Fontes (2017, p. 414), por sua vez, apresenta as crises como marcas genéticas do capitalismo, sendo por ele, sempre, intensificadas.

devastações produzidas por elas - tanto a partir de suas consequências mais imediatas (fome, desemprego, violência, suicídio, desabrigo), quanto pelo acionamento de seus dispositivos corretivos (imperialismo, guerra, colonialismo, rebaixamento dos valores do trabalho, exclusão/exploração socioeconômica assentada em fatores como gênero, etnia, religião, nacionalidade, regionalismo etc.) – perfizessem a intensificação da barbárie, havia ainda opções contínuas de sobrevivência para o capital, de modo que lhe foi possível se recuperar sobre bases aparentemente mais amplas e saudáveis (MÉSZÁROS, 2011).

Segundo Mészáros (2011, p. 795, 796), “a crise que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural” que se estabeleceu, a partir da década de 1970, quando as possibilidades produtivas e positivas que o sistema despertou e desenvolveu passaram a ser sistematicamente negadas pelo próprio sistema. A crise estrutural se diferencia das crises anteriores pelo seu caráter verdadeiramente global, isto é, pelo fato de não atingir um lugar delimitado ou um grupo específico de países, mas todas as unidades territoriais e políticas do planeta. Além disso, a crise atual não se restringe a um determinado ramo particular da produção, mas afeta a totalidade do sistema sóciometabólico do capital (produção, consumo e circulação), comprometendo todas as instâncias da vida moderna. Por consequência, as relações burguesas até então cristalizadas - concernentes à família, ao sexo, a etnia, ao gênero, ao meio ambiente, ao trabalho, à educação etc. - encontram-se também em profundo desequilíbrio<sup>2</sup>.

Ainda de acordo com Mészáros (2011, p. 796), de maneira oposta ao que ocorreu nas crises anteriores, a crise estrutural não se mostra limitada ou cíclica, mas extensa e permanente, fator que caracteriza também seu modo de “desdobrar-se rastejante” em contraste com as “erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado”, o que não significa que com o seu aprofundamento em diferentes aspectos e consequentes abusos acionados pelo capital – e também pelo Estado como seu representante institucional - as possibilidades de legítimas rebeliões estejam descartadas.

Nas palavras do filósofo húngaro:

uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes

<sup>2</sup> Importa destacar que as formulações relativas à crise estrutural do capital, aqui iluminadas desde o legado de István Mészáros, não foram adotadas de maneira consensual pelos intelectuais marxistas de seu tempo. À vista disso, embora as análises, muitas vezes, sejam confluentes, elas não se equivalem. Vale destacar a abordagem de Ernest Mandel (1990), que destaca o caráter cíclico das crises, sem afirmar as limitações estruturais do capital, e as análises de David Harvey (2011; 2013), que discute a amplitude das crises atuais, observando as suas semelhanças com as crises anteriores. Por outro lado, é possível encontrar em Robert Kurz (2004; 2008) discussão relativa ao caráter “estrutural” da crise do capital, embora com significativas diferenças daquelas evidenciadas por Mészáros. Vale registrar discussões que mostram preocupações com a questão ambiental, essas também apontadas por Mészáros em sua vinculação com a crise estrutural, como as recentemente formuladas por Michael Löwy (2013).

afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2011, p. 796, 797).

Diante disso, nos parece revelador o comportamento dos economistas burgueses, bem como de toda a intelectualidade orgânica à classe dirigente, frente à incontroversa crise estrutural do capitalismo. Como prepostos da ordem vigente, não podem reconhecer a natureza estrutural da crise em curso, uma vez que isto implicaria na aceitação da possibilidade histórica da construção de uma sociabilidade alternativa, fato que negaria a substância “natural” das relações de produção por eles defendida. À vista disso, admitem a gravidade e a fragilidade deste momento para economia mundial<sup>3</sup>, mas o fazem na intenção de “salvar o sistema”, garantindo o apoio da opinião pública a reformas que agem na contramão dos interesses populares<sup>4</sup>. Ademais, assumir que existe uma crise em trânsito permite ao capital acionar, através de seus porta-vozes políticos, a intervenção governamental e “nacionalizar a bancarrota capitalista”, isto é, obrigar os trabalhadores a pagarem pelas desventuras do mercado, arcando eles próprios com a reposição das taxas de lucro (MÉSZÁROS, 2018, p. 22).

Não obstante, assentir a existência da crise (negá-la diante da objetividade dos fatos seria uma incoerência impraticável para quem se pretende crível) não significa anunciá-la como crise do capitalismo. Os economistas burgueses não aceitam que as crises são da ordem do capital, mas que de natureza outra, afetam o funcionamento da sociedade de livre-mercado. Para eles, “cada crise é um evento único cujas causas devem ser encontradas em elementos exteriores à própria economia, tais como a ação política, guerras, ou comportamentos ético-morais não esperados” (MANZANO, 2013, p. 113)<sup>5</sup>. Em suma, segundo

---

<sup>3</sup> Notável a observação de Mészáros (2018, p. 31, grifos nossos) ao se referir ao posicionamento de Edwin Nixon, presidente da IBM no Reino Unido em 1985, quando este afirmou “Estamos à beira da crise econômica – uma crise cujas consequências sociais e políticas mal começamos a vislumbrar. Estamos diante de um *declínio contínuo* – e em seu rastro teremos a *decadência social e política*, e talvez mesmo a própria democracia lutando para sobreviver”.

O autor observa, ainda, o comportamento das corporações midiáticas que agem, nestes tempos movediços, como órgãos de propaganda a fim de contribuir com a mistificação geral e impulsionar a ideologia dominante. Conforme Mészáros (2018, p. 20, grifos ao autor) é o que faz a classe dirigente ao indicar as saídas para crise através de jornais, como exemplificado pelo editorial de *The Economist* em 2008: “A economia mundial está claramente com um aspecto fraco, mas poderia ficar bem pior. Esse é o momento de colocar *dogma e política* de lado e concentrar-se em *respostas pragmáticas*. Isso significa *mais intervenção governamental* e cooperação no curto prazo, *mais do que os contribuintes, políticos ou jornais do livre-mercado normalmente gostariam*”.

<sup>4</sup> No Brasil, tal feito pode ser ilustrado pela aprovação da Emenda Constitucional nº. 95 (BRASIL, 2016a) - também conhecida durante o processo legislativo como PEC 241 (BRASIL, 2016b) e PEC 55 (SENADO FEDERAL) (talvez nada mais representativo do que as alcunhas populares que recebeu: “PEC do Fim do Mundo”, “PEC da morte” etc.) – que, ao instituir um Novo Regime Fiscal, limitou os investimentos públicos, em setores de interesse da classe trabalhadora, por vinte anos. Às vésperas da aprovação da Emenda Constitucional, o presidente Michel Temer defendia a necessidade de “cortar na própria carne” para sair da crise (AMARAL; CARAM, 2016).

<sup>5</sup> Corroborar com o nosso argumento o caricato posicionamento de Francis Fukuyama (2009, p. 17, grifo nosso) que, ao ser confrontado com a crise financeira em 2008, reafirmou sua fé no fim da história e na ordem capitalista. Nas palavras do economista: “Não há nada de errado com o liberalismo. A receita liberal, baseada no livre mercado e na globalização, ainda é a melhor alternativa para o desenvolvimento global. Mantenho-me fiel a ela. Milhões de pessoas deixaram a linha de pobreza nos

o ideário (neo) liberal, as crises não sinalizam o colapso deste modo de produção, pelo contrário, são o resultado de condutas que se contrapõem à doutrina do livre-mercado. Essa interpretação permite que a ideologia dominante permaneça como horizonte e fundamento para superação dos problemas da sociedade, o que claramente leva ao aprofundamento das contradições e da própria crise, pois como nos lembra Mascaro (2018, p. 48): “tal qual não se pode sair do poço puxando-se os cabelos, também não se pode ler a crise capitalista por meio dos próprios termos teóricos que fundam sua reprodução”.

Com efeito, para aqueles cuja crise do capitalismo não pode ser lida como crise capitalista, resta a adoção de medidas paliativas dentro dos limites do *status quo*, o que implica na receita de doses cada vez maiores de mercado para curar os problemas causados pelo próprio mercado. Isso ocorre porque no sistema capitalista existe a impossibilidade de impor restrições internas às necessidades expansivas do capital, à sua reprodução. Essa causalidade antagônica do sistema decorre do fato das contradições se assentarem no seu quadro estrutural, o que acarreta sempre a existência de novos problemas. Enfrentar os problemas e as contradições internas do sistema consiste em atacar sua estrutura causal, o que coloca em xeque a própria ordem capitalista. Desse modo, a burguesia jamais enfrenta as causas da crise, apenas seus efeitos e consequências, mostrando-se incapaz de resolver definitivamente a questão.

A respeito disso, assevera Mészáros (2011, p. 175, grifos do autor):

O aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle metabólico, é a total incapacidade de tratar *as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo. Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos *efeitos* e nas *consequências*.

As ações adotadas pela classe dirigente foram exitosas em muitas crises anteriores, pois ao atacarem seus efeitos e consequências mais aparentes, conseguiram suavizá-los, mesmo que temporariamente. Todavia, o anunciado sucesso na contenção dos danos causados pela crise se mostra, no decorrer do tempo histórico, ilusório, uma vez que a calmaria que se instaura após a tempestade obedece à sazonalidade do deslocamento das contradições internas. Ainda assim, a capacidade do capital para responder com flexibilidade diante do caos permitiu, até agora, que a burguesia afirmasse sua *expertise* perante os problemas da sociedade, fazendo valer seus argumentos em face da militância socialista. Contudo, dado o caráter estrutural da atual crise, as ações antes utilizadas para conter as crises periódicas não surtirão efeito e, inversamente, aumentarão a dinâmica destrutiva deste modo de produção. Dessa forma, torna-se cada

---

últimos anos justamente por causa do crescimento econômico robusto do mundo. *A crise atual não foi causada por um desvio do liberalismo, mas por opções políticas equivocadas*”.



vez mais urgente o avanço de produções teóricas - e de movimentos políticos que nelas estejam ancorados - que postulem a superação da sociabilidade atual e apontem para uma ofensiva socialista “Para além do capital”, ou seja, que não se contentem em reformar o capitalismo, ou lhe atribuir uma carapaça humanista, como têm feito muitas correntes progressistas e até mesmo de esquerda, mas que pleiteiem a “constituição de uma estrutura organizativa capaz não só de negar a ordem dominante, mas também, simultaneamente, de exercer as funções vitais positivas de controle na nova forma de autoatividade e autogestão” (MÉSZÁROS, 2018, p. 79).

### 3 O socialismo para além do Capital

Para Mészáros (2011; 2018) a “atualidade histórica” da ofensiva socialista não se coloca apenas na perspectiva de superação da sociabilidade capitalista, mas na superação do sistema sociometabólico do capital (daí sua defesa de uma organização societária “pra além do capital”), o que sugere que quando o autor adverte sobre a crise estrutural do capital está se referindo a um fenômeno mais amplo e profundo do que a crise estrutural do capitalismo, embora a crise do capital, por consequência, implique na crise do sistema capitalista, visto que o segundo se alicerça sobre as bases do primeiro. A rigor, para Mészáros (2011; 2018), capital e capitalismo são fenômenos distintos, uma vez que o sistema do capital é anterior ao capitalismo.

Nas palavras de Antunes (2018b, p. 10): “O capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma das suas variantes históricas, presente na fase caracterizada pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital”. Destarte, “assim como existia capital antes da generalização do capitalismo (...), as formas recentes do sociometabolismo permitem constatar a continuidade do capital mesmo após o capitalismo” (ANTUNES, 2018b, p. 10). Este seria o caso da experiência soviética e dos demais países do Leste Europeu, que Mészáros denomina de “sistema de capital pós-capitalista”.

Tal distinção é imprescindível à reflexão do filósofo húngaro no tocante à crise atual e as possibilidades da revolução socialista. A esse respeito, cabe aqui transcrevermos suas assertivas:

A dimensão histórica do capital e da produção de mercadorias não está confinada ao passado, esclarecendo a transição dinâmica das formações pré-capitalistas para o capitalismo, mas manifesta suas necessárias implicações práticas para o presente e para o futuro, pré-configurando os objetivos compulsórios e as determinações estruturais inevitáveis da fase pós-capitalista de desenvolvimento. Da mesma forma que o próprio capitalismo não é inteligível sem a dimensão histórica de suas características estruturais fundamentais, remetendo a um passado mais ou menos distante, os problemas reais da transformação socialista não podem ser apreendidos sem o completo conhecimento de que *o capital e a produção de mercadorias* não só precedem, mas também *sobrevivem* ao capitalismo (...).



Tudo isso tem implicações no longo prazo para estratégia socialista: para seus objetivos necessários e realizáveis no cenário das *determinações estruturais e históricas prevalentes*. Dados tais parâmetros, o projeto socialista, paradoxalmente, só pode definir-se a si mesmo, em primeiro lugar, como uma disjunção radical entre seus objetivos históricos fundamentais e seus objetivos imediatamente realizáveis. Os primeiros se voltam para o estabelecimento da sociedade socialista, que representa qualitativamente uma “nova forma histórica” (Marx), que implica avançar para além do próprio capital, superando assim, efetivamente, o mundo do capital propriamente dito; enquanto os últimos são forçados a definir seu alvo apenas como o ataque e a superação das forças dominantes do capitalismo, permanecendo, necessariamente, num sentido vital importante, no interior dos parâmetros estruturais do capital.

(...) Confundir (não importa quão urgente e candente seja a razão político-histórica) o objetivo estratégico fundamental do socialismo – avançar Para além do capital – com o objetivo imediatamente realizável, necessariamente limitado, de negação do capitalismo, e consequentemente pretenderem em nome deste último ter realizado o primeiro leva à desorientação, à perda de toda medida objetiva e finalmente “a girar em círculos”, na melhor das hipóteses, na falta de direção e de uma medida viável (MÉSZÁROS, 2018, p. 77, 78, grifo nosso).

A formulação do autor se dá em face da ameaça permanente em que se encontrará qualquer empreendimento societário pós-capitalista enquanto o objetivo fundamental, qual seja a superação do capital, não for atingido. Para Mézáros (2018, p. 78) “esta ou aquela forma particular de capitalismo pode, na verdade, ser ‘abolida’ numa estruturação limitada, mas tal ‘abolição’ não pode oferecer nenhuma garantia contra sua revitalização ou ‘restauração parcial’”, visto que o fenômeno se encontra na dependência da “configuração total de circunstâncias sociais e históricas definidas pelo papel mais ou menos importante do capital na totalidade do sociometabolismo em escala global” (MÉSZÁROS, 2018, p. 78). Em outras palavras, o sucesso do projeto socialista implica em um verdadeiro e radical movimento de reestruturação sociometabólico que, imperiosamente, exceda as modificações conjunturais transitórias de uma particularidade capitalista e impeça a restauração do poder pecuniário.

Cabe reafirmarmos que, sob a lente de Mézáros (2003; 2011; 2018), a crise estrutural em que se encontra o sistema do capital (e também o capitalismo), coloca na ordem do dia a inadiável ofensiva socialista, haja vista que o projeto societário ancorado na filosofia da práxis se evidencia como única alternativa à barbárie em curso. O que está em questão, de fato, é o futuro da própria humanidade, pois o capital, ao atingir seus *limites absolutos* e esgotar suas possibilidades civilizatórias, propõe seu potencial destrutivo, suscitando o esfacelamento completo dos recursos humanos e materiais então existentes<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Mézáros (2018, p. 85), ao considerar a “verdadeira natureza” da produção capitalista, afirma tratar-se de “uma produtividade que necessariamente define a si mesma por meio do imperativo da sua implacável autoexpansão alienada como produtividade destrutiva, que sem cerimônia destrói tudo que esteja em seu caminho.”

#### 4 Os limites absolutos do capital e a sua autorreprodução destrutiva

O caráter expansionista do capital e sua magistral capacidade de autorreprodução, distintiva pela transformação do valor em novo valor objetivado, possibilitou o crescimento da riqueza e o desenvolvimento das forças produtivas, fato que coincidiu com o progresso do próprio gênero humano, ainda que para isso tenha sido empregue, no transcurso histórico da humanidade, o trabalho alienado, especialmente em sua forma assalariada e escravizada. Enquanto isso ocorreu, a autorreprodução ampliada e acelerada do capital oportunizou o avanço da produção, o que nos permite afirmar, na esteira de Mészáros (2011, p. 699), que o sistema capitalista cumpriu um “papel civilizador” ao estimular as forças produtivas da sociedade. Ocorre que a expansão do capital, isto é, sua dinâmica autorreprodutiva, não pode manter-se indefinidamente, pois, uma vez que a produção orientada para multiplicação do valor atinge o limite no qual não mais é capaz de coincidir com a produção genuína, passa a apoderar-se da totalidade dos recursos renováveis e não renováveis a fim de satisfazer, exclusivamente, os interesses do mercado, trazendo inúmeros problemas para a coletividade dos homens<sup>7</sup>.

A transformação das potencialidades positivas do sistema do capital em realidades destrutivas se deve a ativação dos seus *limites absolutos*, ao fato da impetuosidade expansiva do capital não se submeter às condições objetivas as quais não se pode ultrapassar sem comprometer a própria estrutura sistêmica. Destarte, ao relativizar as condições absolutas dos recursos naturais do planeta, a produção capitalista acaba por impor a si própria – e a toda humanidade – o risco do colapso e da extinção. Conforme Mészáros (2011; 2018) o acionamento dos limites absolutos do capital coincide com o esgotamento da sua fase de expansão, uma vez que não há mais países e continentes para serem integrados ao *status quo*. Ao atingir os limites da expansão que lhe é peculiar, o capitalismo impulsiona seus *antagonismos estruturais*, fenômeno que tipifica a atual crise.

A impossibilidade de exportar suas contradições internas com a mesma eficiência que ocorreu em um passado recente da história do capitalismo – nas crises periódicas anteriores, quando os limites relativos do capital eram atingidos, as contradições eram exportadas através das guerras, do deslocamento de recursos financeiros, da intensificação da exploração dos países periféricos etc. – faz com que a autorreprodução do capital esteja sujeita a sua própria destruição, pois para manter os princípios de valorização e acumulação é preciso manter o fluxo de capitais (expansão) em padrões não sustentáveis. Diante do esgotamento de áreas geopolíticas que antes permitiam a ampliação do mercado, a alternativa

---

<sup>7</sup> Importante lembrarmos que, para Mészáros (2011), esta é uma característica distintiva da crise estrutural: *a autorreprodução destrutiva do capital em oposição antagônica à produção genuína*.

encontrada para atender à lógica expansionista passa a ser a “aceleração da velocidade dentro do próprio círculo de consumo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 680), o que requer o estímulo da redução da taxa de utilização<sup>8</sup>.

A respeito dessa contradição imanente a autorreprodução do capital, assevera Mészáros (2011, p. 952, grifo do autor):

É assim que atingimos a fase histórica na qual a lógica autocontraditória da autopreservação destrutiva do capital impõe um nível e uma gama antes absolutamente inimagináveis de produção destrutiva. Não há meios de fugir a essa regra. Até mesmo partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital devem ser periodicamente destruídas, de modo que, em sua forma reconstituída, o capital “reconduza ao ponto de onde ele seja capaz de seguir adiante empregando completamente seus poderes produtivos *sem cometer suicídio*”. Pois, nos termos da lógica do capital, exterminar a humanidade é muito preferível a permitir que se questione a *causa sui* desse modo de produção.

Sob essa perspectiva, o capital despreza a dimensão qualitativa da relação entre o valor de uso e a necessidade humana, impondo aos indivíduos “apetites não naturais” expressos no luxo e no consumismo<sup>9</sup>.

Os artigos de luxo são exemplos claros da lógica expansionista do capital, pois eles não atendem a outros interesses senão os do mercado. Um objeto luxuoso, em sua essência e propósito, antagoniza com as necessidades naturais dos indivíduos e aumenta a distância existente entre o valor de uso e o valor de troca que é capaz de abrigar. Com efeito, a produção das mercadorias de luxo ocupa um lugar destacado na fase atual do modo de produção capitalista, pois sua única motivação é a lucratividade. Evidentemente, qualquer tentativa de controle social ancorado na igualdade substantiva e que, portanto, imponha a racionalização da produção, levará ao colapso todo o sistema produtivo burguês, uma vez que o controle racional da indústria asfixiaria a autopreservação do poder pecuniário (lógica expansionista).

Na mesma direção está a já mencionada intensificação da taxa decrescente de utilização das mercadorias. Tal artifício, há muito conhecido da economia política burguesa, é impulsionado diante das dificuldades de auto-expansão do capital. Na atualidade, a realidade sinalada pelo avanço da crise estrutural escancara cada vez mais a equivalência perversa, embora funcional do ponto de vista da realização

<sup>8</sup> Alternativa já evidenciada neste texto é a ampliação da ação do capital para esferas não totalmente mercantilizadas, como a educação. Daí a ânsia dos setores (neo) liberais por aprovar reformas que tencionam a privatização e a transferência de recursos públicos para iniciativa privada. Em suma, este movimento busca repor as taxas de lucro e garantir que o capital continue a se concentrar.

<sup>9</sup> Conforme Fontes (2017, p. 410), “a sociedade capitalista repousa sobre a produção incessante de necessidades, a partir da necessidade central do capital – a valorização do valor. Tais necessidades – quer emanem do estômago ou da fantasia – estão recobertas pela forma de coisas disponíveis como mercadorias. Desse ponto de vista, a sociedade capitalista atua suprimindo a liberdade e aprofundando o terreno da necessidade”. Diante desse imperativo é impossível a efetivação da liberdade como uso do tempo para além da necessidade, pois na sociabilidade vigente tanto as necessidades fundamentais, quando as necessidades artificiais, não podem ser suprimidas, fato que obriga os trabalhadores a dedicarem a maior parte do seu tempo à atividade produtiva (extração/valorização do valor).

capitalista, entre o consumo e a destruição. Os representantes do capital põem-se a engendrar técnicas de produção orientadas para encurtar a vida útil das mercadorias, diminuindo seu tempo de uso e circulação, despojando-as, inclusive, de qualidade. Em outras palavras, o que habitualmente chamamos de “obsolescência programada” corresponde, em grande medida, ao que Mészáros (2011, p. 679) identifica como “consumo destrutivo”<sup>10</sup>.

A intensificação da taxa de utilização decrescente revela novas e irreversíveis contradições do sistema, pois, uma vez que o capital necessita, para sua autovalorização, do aumento sempre crescente de consumidores em massa e, em igual medida, da diminuição constante de trabalho vivo, torna-se patente que a identidade estrutural do trabalhador com o consumidor se apresenta inconciliável. Esse impasse agrava a crise gerada pela queda tendencial da taxa de lucro, já que aqueles que são atingidos pelo desemprego (um sem-número de trabalhadores que não para de aumentar) veem interditas as suas possibilidades de consumo – e aqui não nos referimos apenas ao consumo dos produtos que se pode prescindir, mas do mínimo necessário à manutenção das condições materiais de existência. Daí a afirmação de Marx (2017) segundo a qual o capital, na intenção de contrapor à queda da taxa de lucro, intensifica a exploração sobre a classe que vive do trabalho, reduzindo os salários, aumentando a superpopulação relativa etc.

Sobre o aprofundamento da crise, que em sua expressão estrutural também é motivada, assim como as crises periódicas anteriores, pela queda tendencial da taxa de lucro - com o diferencial que na crise atual, ao atingir seus limites absolutos, o capital não é mais capaz de expandir-se sem causar profunda e irreversível devastação no tecido social global -, nos parecem esclarecedoras as palavras de Shaikh (1988a, p. 148 [on-line], grifos nossos):

A força propulsora de toda atividade capitalista é o lucro, e a mais-valia é o seu fundamento oculto. Para extrair o máximo possível de mais-valia, o capitalista deve aumentar a duração e/ou intensidade do dia de trabalho e, acima de tudo, aumentar a produtividade do trabalho. Para competir eficientemente com outros capitalistas, deve conseguir, simultaneamente, menores custos de produção unitários. *O aumento do capital fixo é a solução para ambos os problemas.* Em poucas palavras, o crescimento do capital fixo em relação ao trabalho (a mecanização da produção) é o principal meio de aumentar a produtividade do trabalho, e o crescimento do capital fixo em relação ao produto (a capitalização da produção) é o

<sup>10</sup> Cabe destacarmos que as técnicas utilizadas na intenção de promover a obsolescência programada têm sido aprimoradas pela engenharia da produção, sobretudo, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo (“sociedade 4.0”). Há muito tal recurso não se limita a clássica substituição de peças e acessórios que, supostamente, garantiriam a modernização e o vigor de determinados produtos, como sugerido Alfred Pritchard Sloan (1875-1966) em sua estada à frente da General Motors. Utilizando-se da narrativa do desenvolvimento tecnológico, as corporações têm alterado suas plataformas de produção em um curto espaço de tempo, obrigando os consumidores a trocarem as mercadorias adquiridas, e ainda em bom estado de conservação, sem justificativa plausível. No Brasil, em 2013, um grupo de advogados e ex-juizes, membros do Instituto Brasileiro de Informática (IBDI), recorreram à justiça em uma ação coletiva contra a Apple por ter lançado o iPad4 apenas sete meses após a estreia do iPad3. Conforme os promotores da ação, o iPad4 não apresentava uma evolução tecnológica efetiva em relação ao antecessor. Atualmente, as substituições das mercadorias, mormente dos aparelhos eletrônicos, têm sido justificadas pela constante necessidade de armazenamento de dados exigida pelas atualizações de plataformas e aplicativos.

principal meio de reduzir os custos unitários da produção. Pode-se mostrar, porém, que *o crescimento do capital fixo também tende a reduzir a taxa de lucro nos métodos mais adiantados de produção*. Para o capitalista individual que primeiro adota esses métodos mais amplos, de capital mais intensivo, seus menores custos unitários lhe permitem reduzir os preços e expandir-se a expensas de seus concorrentes, compensando dessa maneira a menor taxa de lucro por meio de uma fatia maior de mercado. Mas *para o sistema como um todo isso faz com que a taxa de lucro baixe*. Embora vários fatores possam, temporariamente, neutralizar essa tendência, *eles operam dentro de limites estreitos, de modo que a queda, ao longo do século, da taxa de lucro surge como a tendência dominante*.

O que está implícito nas colocações de Shaikh (1988b, p. 582 [on-line]) é que a atividade capitalista em seu movimento ascensional empreende uma luta em duas frentes: a primeira contra o trabalho, pela produção da mais-valia e, a segunda, contra os outros capitalistas, pela realização da mais-valia sob a forma de lucro. Destarte, nos dois confrontos mencionados, o capital tem se valido da mecanização como forma dominante tanto para aumentar a produção da mais-valia (contração do trabalho vivo), quanto para reduzir os custos unitários da produção (potencialização da concorrência). Ocorre que, “o maior volume de capital fixo por produto unitário implica maior despesa de depreciação e maiores custos de materiais auxiliares”. A capitalização, portanto, acaba por corresponder ao aumento dos gastos unitários não relativos ao trabalho. Com efeito, no momento em que forem alcançados os limites da tecnologia existente, os aumentos no investimento por produto unitário promoverão reduções cada vez menores nos custos unitários de produção, o que levará a menores taxas de lucro, instaurando, assim, uma crise (SHAIKH, 1988, p. 582 [on-line]). Nesses momentos o capital se mobiliza para colocar em curso uma contratendência, isto é, age a fim de neutralizar o imperativo dominante da tendência decrescente da taxa de lucro<sup>11</sup>.

Como ocorreu nas crises periódicas anteriores (circunstâncias em que foram atingidos os limites relativos do capital, portanto aqueles passíveis de superação), o sistema procura preservar - e até mesmo aumentar - a valorização do capital pela intensificação da exploração dos trabalhadores, sobretudo daqueles que vivem nos “bolsões de subdesenvolvimento”. A diminuição dos salários, a retirada de direitos trabalhistas, o ataque à seguridade social, o aumento do desemprego e a utilização da mão-de-obra migrante de baixo custo somada à superexploração dos segmentos vulneráveis (mulheres, negros, indígenas e a população empobrecida de modo geral) denunciam a exigência do capital sobre os trabalhadores que, agora, devem pagar uma cota maior de suor e sangue para garantir a reprodução do sistema. Não obstante, desde a década de 1970 as possibilidades de se estabelecer uma contratendência diminuíram, haja vista que a reorganização das forças capitalistas, que sempre se mostrou capaz de assegurar sobrevida ao capital, parece ter atingido (ou estar bem próxima disso) as barreiras da readequação.

<sup>11</sup> Para se ter acesso a uma exposição didática das contratendências aqui referenciadas, ver as contribuições formuladas por Iasi (2009, p. 37-38) a partir das reflexões de Marx (2017) expressas no Livro 3 da obra O Capital.

## 5 O desemprego crônico como determinação da crise estrutural

Diante do que foi até aqui apresentado, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que o desemprego crônico que afeta a sociedade na atual fase de desenvolvimento, e ao qual está intimamente ligada a já referida intensificação da taxa de exploração, apresenta-se como indicador da crise estrutural, pois se constitui como uma das formas fundamentais dos limites absolutos<sup>12</sup> do capital. Tal assertiva pode soar imprecisa, uma vez que, historicamente, o desemprego por si só não foi capaz de impulsionar a revolução social. Aliás, como nos lembra Paniago (2012, p. 65), o desemprego nem sempre se revelou uma ameaça ao funcionamento do mercado. Diante das recessões, constituiu-se como ameaça latente, mas nunca como entrave ao desenvolvimento histórico do capitalismo. Ao contrário, o “exército industrial de reserva” tem cumprido até aqui um papel benéfico e necessário à manutenção da tendência de crescimento do capital, uma vez que aumenta a concorrência entre os trabalhadores e expande a precarização.

Atualmente, a narrativa dominante assegura que o desemprego é um fenômeno passageiro, um efeito colateral inevitável à modernização e ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Dessa forma, seria uma questão de tempo até que as “leis naturais” do mercado preparassem e realocassem a mão-de-obra disponível. Desnecessário dizer que o fator de fundamentação que justifica o desemprego para ideologia dominante continua a ser a substituição do trabalho não qualificado pelo qualificado, argumento que concorre para responsabilizar os trabalhadores pela ausência de “oportunidades”, já que, para o ideário (neo) liberal, a preguiça e a falta de interesse em buscar novas qualificações estariam diretamente relacionadas ao destino desafortunado de boa parte dos indivíduos.

Pelas razões anteriormente apontadas, a essa altura já não há mais a possibilidade de se exportar as tensões geradas no interior do capital numa escala maciça à custa de outros países. O deslocamento expansionista, que outrora alimentava a ilusão de que o aumento do nível do desemprego seria passageiro, já não pode cumprir-se. A mobilização de recursos materiais e humanos na preparação para uma guerra previamente anunciada, ou até mesmo a confrontação militar massiva, como ocorreu ao longo do século XX, tornaram-se inviáveis ante o violento poder de destruição assegurando pelas novas tecnologias. Assim, se não se pode resolver os problemas relativos ao desemprego mediante sua transferência para outras partes do mundo, a doença passa a afetar todo o sistema (MÉSZÁROS, 2011, p. 333). Por conseguinte, as

---

<sup>12</sup> A respeito das formas dos limites absolutos do capital, ver Mészáros (2011, p. 216-346). Aqui destacamos o desemprego crônico por estar, de forma mais evidente, diretamente relacionado à crise particular da sociedade brasileira e às respostas reformistas no campo educacional. Sobre esta tendência do desemprego crônico e consequente precarização das condições laborais é que se desencadeiam propostas educativas que operam como corretivos externos à dinâmica social do trabalho na intenção de conformar o proletariado à “nova realidade” do mercado.



adversidades que antes afetavam o quintal do capitalismo passam a fragilizar as sociedades do centro, trazendo a elas a precariedade, a violência e o autoritarismo há muito conhecidos na periferia do sistema. A explosão populacional, sob a forma do desemprego crônico - consequência mais imediata da inversão expansionista -, obriga os países desenvolvidos a combaterem as contradições no lugar onde realmente são geradas, o que contribui para o aumento da instabilidade e o agravamento da crise em suas expressões ideológicas (MÉSZÁROS, 2018, p. 70)<sup>13</sup>.

A sentença (neo) liberal de que o desemprego se explica pela falta de qualificação do trabalhador frente às intrincadas tecnológicas da sociedade em desenvolvimento perde, ante a objetividade dos fatos, o seu poder de convencimento e conformação social. Em primeiro lugar porque o desemprego crônico, que agora se abate sobre a coletividade dos homens, tem se revelado um fenômeno global e generalizado à medida que afeta todas as frações da classe trabalhadora, independente de gênero, raça, cor e nacionalidade<sup>14</sup>. Atinge, inclusive, os trabalhadores altamente qualificados, peritos em áreas do conhecimento importantes aos setores mais avançados da produção – da nanotecnologia à engenharia aeroespacial, da tecnologia de informação à indústria farmacêutica. Isso comprova, portanto, que não é a falta de domínio dos novos conhecimentos, ou o avanço da tecnologia que produz o desemprego e a exclusão para os trabalhadores, mas “a cega subordinação tanto do trabalho como da tecnologia aos devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e do controle social” (MÉSZÁROS, 2018, p. 68).

Frente a essas circunstâncias, que afetam a totalidade da força de trabalho, Mézáros escreveu:

Não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico (MÉSZÁROS, 2018, p. 69).

<sup>13</sup> Mézáros (2018, p. 70, grifo do autor) coloca a questão da seguinte forma: “O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades ‘pós-industriais’ estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital ‘liberal’”. E arremata: “A interação de vários fatores importantes – do dramático desenvolvimento das forças de produção à interposição de imensos obstáculos à livre expansão internacional do capital monopolista – expôs e debilitou o mecanismo tradicional do ‘caixa dois’, que no passado habilitou o capital a se conformar internamente às regras do ‘liberalismo’, enquanto praticava e perpetuava as formas mais brutais de autoritarismo no exterior. Expõe-se, assim, a natureza real das relações capitalistas de produção: a implacável dominação pelo capital evidenciando-se cada vez mais como um fenômeno *global*.”

<sup>14</sup> Desnecessário afirmar que o fenômeno do desemprego retrata a substantiva negação da liberdade, haja vista que o tempo sem venda da força de trabalho, longe de se constituir em tempo livre, reflete a impossibilidade material de suprir as necessidades fundamentais do indivíduo.



Em poucas palavras, significa que estamos diante de condições severas de esgarçamento deste modelo societário e que a realidade que se edifica não apresenta perspectiva favorável ao elemento humano.

## 6 Considerações finais

Diante de tudo até aqui referenciado, é crucial apontarmos o colapso e o esgotamento iminente da sociabilidade burguesa como tendência importante do desenvolvimento social sobre as determinações do capital. Note que estamos nos referindo a uma tendência, uma vez que não endossamos teorias catastrofistas que, de forma imprudente, parecem negar as contingências de perpetuação do modo de produção capitalista. Tais teorias (e ainda há no campo progressista quem as defenda) admitem a ideia de que o colapso do capitalismo, quando deixado à própria sorte, teria como consequência positiva e necessária a instauração do socialismo. Assim, essas teorias acabam por admitir explicações deterministas tão abstratas quanto as narrativas que buscam justificar a racionalidade (neo) liberal. Inversamente, como apontado em outros momentos deste texto, estamos convencidos de que o capitalismo é sempre capaz de gerar mais capitalismo e que sua tenção autorreprodutiva, na quadra atual do seu desenvolvimento, implica o fortalecimento e a universalização da barbárie já presente. A crise sistêmica, que, pelo agravamento de suas expressões e complexificação de seus elementos, agora toma características estruturais, não é capaz de por si só garantir a superação do capitalismo. É preciso, como nos lembra Fontes (2017, p. 414), “transformar a forma de ser social, alterar profundamente a relação entre os próprios seres sociais e entre nós e a natureza”. É preciso, com unidade e organização, enfrentar o capitalismo; encetar a revolução.

No entanto, urge para o amadurecimento (objetivo e subjetivo) da alternativa revolucionária, conhecer os problemas enfrentados pelo capital no contexto da crise de modo que seja possível converter a crise capitalista em crise do capitalismo. A redundância aparente desta assertiva comporta o axioma segundo o qual o capitalismo é um modo de ser crítico, ou seja, é um modo de ser e de produzir crises (FONTES, 2020).

Como mencionado, o capital, em seu movimento auto-expansivo, dispõe da riqueza acumulada a fim de produzir mais riqueza para si à expensa do trabalho excedente de centenas de milhões de indivíduos que, vivendo miseravelmente, garantem o desenvolvimento perverso do *status quo*. O capitalismo quando não se encontra em crise, produz crise para os trabalhadores e, quando em crise está, por ter produzido e acumulado em demasia, verte a crise sobre a classe que explora. Com efeito, a sociabilidade burguesa se revela sempre crítica para o proletariado, o que não significa que nos momentos de recessão, sobretudo diante das condições em que a crise sistêmica desenvolve características estruturais, a existência dos segmentos populares não possa se tornar ainda mais extenuante (FONTES, 2020).

Não por acaso, as circunstâncias em que os intelectuais orgânicos à classe dirigente reconhecem as adversidades da crise são as mesmas em que processam a intensificação da taxa de exploração do capital sobre o trabalho e ativam ações contratendências propensas a reverter a queda da taxa de lucro. Desnecessário dizer, portanto, que o momento mais dramático da crise para os trabalhadores é resultante da ação estratégica do capital para solucionar os problemas relativos à valorização do valor. Daí termos afirmado, anteriormente, que as reformas (neo) liberais instituídas para salvar a ordem burguesa objetivam garantir liberdade para o capital através de privações para os trabalhadores. Em síntese, o agravamento da crise para o proletariado representa a sua solução para o capital (IASI, 2009, p. 30).

À vista disso, a crise revela também a fragilidade do ideário (neo) liberal, posto que os interesses particulares da burguesia já não podem mais se apresentar como interesses universais, pois, a essa altura, abre-se um fosso que separa a classe dominante da classe dominada - até aqui unidas exclusivamente pela abstração liberal, isto é, pela hegemonia da concepção de mundo burguesa.

Marx e Engels (2007) observam esse momento particular do processo ideológico que caracteriza a perda de identidade entre as ideias consolidadas pela classe dirigente e as condições reais da existência humana. Conforme os autores:

Quanto mais a forma normal de intercâmbio da sociedade e, com isso, as condições da classe dominante desenvolvem sua oposição às forças produtivas progressistas, quanto mais cresce, em decorrência, a discórdia na própria classe dominante e entre esta e a classe dominada, é claro que tanto mais *inautêntica* se torna a *consciência* que originalmente correspondia a essa *forma de intercâmbio*, isto é, ela cessa de ser a consciência que corresponde a ela, e tanto mais as representações sobre essas relações de intercâmbio que vinham sendo transmitidas, representações essas em que os interesses pessoais reais etc. são declarados como universais, descambam para meras frases de efeito idealizadoras, para a *ilusão consciente*, para a *hipocrisia proposital*. Porém, quanto mais elas são *desmentidas pela vida e quanto menos valem para a própria consciência*, tanto mais *resolutamente* são *afirmadas*, tanto mais *hipócrita, moralista e santa* se torna a *linguagem da sociedade normal em questão* (MARX; ENGELS, 2007, p. 283, grifos nossos).

A crise estrutural do capitalismo, portanto, constitui-se em base material determinante para o processo de perda da autenticidade da visão de mundo correspondente a este sistema de relações produtivas. Por consequência, tal crise anuncia contingências positivas à classe subalterna, uma vez que propicia condições favoráveis à luta pela hegemonia. Em contrapartida, ela obriga a burguesia a recrudescer seus dispositivos de convencimento, o que concorre para estimular a propaganda do mito liberal e também a censura às posições da classe trabalhadora.

Enquanto a ideologia dominante é capaz de circular entre os núcleos expropriados como se fosse a expressão autêntica de seu próprio mundo, a burguesia se encontra no sublime aconchego do poder, pois o vácuo político e ideológico que circunda a classe que trabalha pode manter o jogo de forças favorável ao

capital. Mas quando a miséria se torna consciente de sua miséria, ou seja, quando o proletariado se reconhece como proletariado, a “tolerância repressiva”, própria da sociedade liberal, se torna insuficiente à conformação de classes (IASI, 2009; MÉSZÁROS, 2018). Inaugura-se então, sob a motivação da crise que desnudou a atrocidade destas relações de produção, o tempo do autoritarismo escancarado que, capaz de desmentir a narrativa fantasiosa segundo a qual esta sociedade se funda na tolerância e no pacifismo, impõe-se pela pura força coercitiva. Em outras palavras, a crise sistêmica abre uma crise de autoridade, fazendo com que a burguesia perca o consenso, isto é, deixe de ser a classe dirigente, mantendo-se exclusivamente como classe dominante (GRAMSCI, 2017).

Na tentativa de recuperar (ou manter) a direção intelectual e moral das massas é que a burguesia impulsiona seus mecanismos de convencimento visando atingir o momento máximo da ideologia<sup>15</sup>. Como escreve Iasi (2009, p. 26): “quando o corpo de uma forma ideológica encontra-se sob risco de morte, acometido pela doença da inautenticidade, logo se assomam os padres do clero correspondente para tentar salvar sua alma imortal”.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Introdução. In: MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*, São Paulo: Boitempo, 2018b.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. 2016a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>. Acesso em: 04 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. *Proposta de Emenda Constitucional nº 241, de 15 de junho de 2016*. Altera o Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. 2016b. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC%20241/2016](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC%20241/2016)>. Acesso em: 04 de jan. 2020.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Crise do coronavírus ou crise do capitalismo? *TV Boitempo*, 03 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YvwS9oAyhUU&t=224s>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

FUKUYAMA, F. O liberalismo é o caminho. [Entrevista concedida a] Reinaldo Azevedo. *Veja*, Ed. 2108, n. 15, São Paulo, 15 de abril de 2009, p. 17-21.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, vol. 3, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

---

<sup>15</sup> Aqui expressão ideologia é utilizada como elemento que age para encobrir e inverter os fenômenos a fim de impedir a compreensão da realidade.

HARVEY, D. *O enigma do capital: as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HELD, D. Crise da sociedade capitalista (verbetes). In: BOTTOMORE, T. B. (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf)>.

IASI, M. L. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2009.

KURZ, R. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: UFJF, 2004.

\_\_\_\_\_. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LÖWY, M. CRISE ECOLÓGICA, CRISE CAPITALISTA, CRISE DE CIVILIZAÇÃO: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, [S. l.], v. 26, n. 67, 2013. DOI: 10.9771/ccrh.v26i67.19492. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19492>. Acesso em: 14 set. 2024.

MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MANZANO, S. *Economia política para trabalhadores*. Cadernos do ICP, n. 2, São Paulo: ICP, 2013.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, A. L. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. *Rev. Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, p. 46-69, 2018.

MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PANIAGO, M. C. S. *Mészáros e a incontornabilidade do capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SHAIKH, A. Crises econômicas (verbetes). In: BOTTOMORE, T. B. (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988a. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Tendência decrescente da taxa de lucro (verbetes). In: BOTTOMORE, T. B. (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988b. Disponível em: <

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf) >.

**Recebido em: 13/05/2024**

**Aceito em: 24/09/2025**